

DIPLOMADOS EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS: UM ESTUDO SOBRE A EMPREGABILIDADE

Margarida Saraiva

Doutor em Gestão, Professor Auxiliar, Universidade de Évora e UNIDE/ISCTE
msaraiva@uevora.pt

António Teixeira

Doutor em Gestão, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL e UNIDE/ISCTE
afst@iscte.pt

Álvaro Rosa

Doutor em Gestão, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL e UNIDE/ISCTE
alvaro.rosa@iscte.pt

Resumo: O presente artigo apresenta uma reflexão em torno da empregabilidade dos diplomados com habilitação superior na área de estudo de Ciências Empresariais, através de uma meta-análise, apresentando e analisando alguns indicadores comparativos, considerando os dados divulgados em estudos e relatórios nacionais, sobretudo os da Direcção de Serviços de Informação Estatística em Ensino Superior do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEAR).

Os resultados desta pesquisa mostram que essa área de estudo é a área que apresenta o maior número de diplomados e similarmente é a que mais contribui para o número de inscrições de indivíduos com habilitação superior nos centros de emprego. Porém, a inserção profissional dos diplomados nessa área tem-se processado com relativa facilidade, apesar dos ritmos distintos e diferenciados ao longo dos anos em análise e das diferenças encontradas entre os cursos dessa área de estudo. Observou-se igualmente que esses desempregados provêm maioritariamente do ensino público universitário, obtiveram um diploma de licenciatura e frequentaram um curso na área da Gestão, Administração e Direcção. Analogamente, neste estudo conclui-se que os diplomados com habilitação superior apresentam maiores índices de empregabilidade e que, embora também com dificuldades, têm uma maior probabilidade de obter emprego face aos restantes indivíduos com habilitações inferiores. O que significa que um diploma favorece a inserção dos jovens licenciados no mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Empregabilidade, Diploma, Habilitação Superior, Mercado de Trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Desde do século XIX, com o desenvolvimento industrial e social, passando pelo século XX, com às novas exigências económicas e técnicas, até à actualidade, com a globalização, que as teorias da organização do trabalho se baseiam nas qualificações académicas e nas competências profissionais, no pressuposto de que “uma determinada formação se ajusta ou encaixa num certo exercício profissional” (Gonçalves et al., 2006: 99).

Porém, desde a década de 60 do século XX, que uma parte dos jovens escolarizados e, mais recentemente, os diplomados do ensino superior dos países europeus se confrontam com o fenómeno do desemprego.

Neste sentido, diversas comissões internacionais, nomeadamente a UNESCO, a OCDE e a União Europeia, têm feito das questões da formação e do emprego uma prioridade, através da organização de conferências mundiais e a realização de estudos e de relatórios. Em relação aos relatórios, salienta-se dois documentos que sustentaram os debates: o Relatório de Edgar Faure (1974) e o Relatório de Jacques Delors (1996).

Mais recentemente, a partir da década de 90 do século XX, a União Europeia tem debatido a formação dos diplomados e, sobretudo, a sua empregabilidade para o mercado de trabalho europeu, considerando essas questões como pilares essenciais para o desenvolvimento e a competitividade da Europa, face ao contexto da globalização.

Na era da globalização, todos os sectores de actividade intensificaram o trabalho mecanizado e a automação conduziu a uma elevação do desemprego, dado que em praticamente toda a economia apareceram as designadas máquinas inteligentes e estas estão gradativamente a substituir os seres humanos nas mais variadas tarefas. Perante a diversidade dessas mudanças, que cercam o mundo do trabalho, milhões de trabalhadores da “velha economia” são levados para as filas de candidatos a empregos da “nova economia” (Liberal e Pupo, 2007).

Nesta dimensão, Drucker (1992) expressa a ideia de que nenhuma sociedade, ao longo dos tempos, enfrentou tantos desafios. Porém, nesta sociedade do conhecimento surgem novas oportunidades. Deste modo, conhecer e analisar a nova dinâmica, denominada empregabilidade, torna-se fundamental para que os profissionais possam enfrentar os desafios do contexto altamente competitivo do actual mercado de trabalho.

A partir de uma definição simplista, empregabilidade pode ser entendida como o conjunto de pré-requisitos necessários para se obter e conservar um emprego. Embora possam parecer semelhantes entre si, empregabilidade e emprego são dois conceitos distintos. Este último diz respeito ao posto de trabalho remunerado, com contrato assinado,

ocupado pelo profissional em uma dada organização (Bueno, 1996). Em relação à empregabilidade, Chiavenato (1997) define-a como o conjunto de competências e habilidades necessárias para um profissional conquistar e manter um emprego. E segundo Almeida (2007), citando Grazier, a empregabilidade é “a capacidade relativa de que um indivíduo dispõe para obter um emprego que o satisfaça tendo em conta a interação entre as suas características pessoais e o mercado de trabalho”.

Actualmente, vive-se mais uma crise de emprego, em que as dificuldades de inserção profissional dos recém-diplomados são alvo de atenção e debate público. Para Sousa (2004: 196), assiste-se a um “conjunto de desajustamentos entre as qualificações necessárias aos diferentes sectores da economia e as qualificações verdadeiramente detidas pela maioria da população, mesmo a mais escolarizada”. Para caracterizar essa relação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho, Nicole-Drancourt (2001) refere que existe uma “inflação escolar”, dado que a posse de um diploma *a priori* já não garante uma boa situação face ao trabalho, pois já não representa uma garantia de acesso a posições sociais e profissionais coerentes com a formação recebida, tal como representava nas gerações precedentes (Galland, 1991).

Para Dubar (2001), a relação entre diploma e emprego dos diplomados é “socialmente construída”, no sentido em que está inserida numa dada conjuntura histórica (económica, profissional e educativa) e depende de um determinado tipo institucional de articulação entre sistema educativo e mundo do trabalho, o qual poderá divergir consoante o espaço geográfico e o nível de ensino (Alves, 2005).

Em Portugal, a progressiva massificação do ensino superior, o aumento da competitividade do mercado de trabalho, a procura de novas competências e perfis profissionais, o aumento das taxas de desemprego, a precariedade laboral, a incompatibilidade entre as qualificações adquiridas, saídas profissionais e realizações pessoais, são alguns dos factores de preocupação, que levaram diversos investigadores (e.g. Lima, 1992; Pais, 1994; Cruz e Cruzeiro, 1995; Martins et al., 1998; Alves, 1998 e 2000; Gonçalves et al., 2001; Martins et al., 2002) a intensificarem o interesse pela problemática da empregabilidade, nas duas últimas décadas.

2. OPÇÕES METODOLÓGICAS

Perante uma conjuntura económica e financeira particularmente difícil como a que actualmente a sociedade se depara, em virtude das grandes transformações e constante inovação económica, tecnológica e social, pretende-se com o presente trabalho analisar a inserção profissional dos diplomados com habilitação superior no mercado geral de emprego, bem como averiguar a participação e a aceitabilidade dos diplomados na área de estudos das Ciências Empresariais no contexto do mercado de trabalho português.

Considerando as transformações verificadas, nos últimos anos, na sociedade portuguesa e no seu tecido empresarial, bem como na evolução ocorrida nas instituições de ensino superior portuguesas, que se viram confrontadas com o aumento da população académica e com a expansão progressiva da rede, num contexto marcado pelas alterações induzidas pelo Espaço Europeu de Ensino Superior, através da implementação da designada Declaração de Bolonha, e pela valorização crescente “do conhecimento como um factor essencial para a competitividade das sociedades” (Amaral, 1996: 11), a presente investigação tem assim como propósito apresentar e introduzir alguns elementos de reflexão relativamente ao modo como se processou a evolução dos diplomados com habilitação superior da área das Ciências Empresariais, a fim de contribuir para o conhecimento onde o desemprego mais se faz sentir nessas áreas de educação e formação. Entende-se que os resultados obtidos podem ser úteis para o processo de tomada de decisão nos diversos estabelecimentos de ensino superior, que oferecem cursos nessa área de estudo, bem como informar os candidatos ao ensino superior sobre as actuais saídas profissionais dos cursos de ensino superior na área das Ciências Empresariais, permitindo mais adequadamente interpretar e concluir sobre a adequação de oferta desses cursos ao mercado de trabalho.

Para uma melhor compreensão da situação actual dos diplomados com habilitação superior no mercado de trabalho, incidindo na área das Ciências Empresariais, será efectuada uma meta-análise com base em diversos relatórios apresentados pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior (GPEARI, 2008a, 2008b, 2009a e 2009b), principalmente o último documento, de Fevereiro de 2009, intitulado “A procura de emprego dos diplomados com habilitação superior”, que apresenta informação baseada essencialmente nos registos de indivíduos com habilitação académica superior nos centros de emprego, em Dezembro de 2008 – 4.º Trimestre (ponto intermédio do ciclo anual), e o total de diplomados entre os anos 1997/1998 a 2006/2007, por estabelecimento de ensino e curso (GPEARI, 2009b).

Contudo, essas informações, retiradas dos relatórios de investigação pública, que fornecem dados sobre a situação da formação e do emprego, incorrem ser tratadas com alguma cautela, dado que a crise económico-financeira permanece bastante heterogeneia nas diversas regiões/áreas/sectores do país, apesar do número de desempregados ter aumentado consideravelmente e ser um dado quantitativo irreversível.

Nesse sentido, considerar-se-ão como variáveis de estudo o número de diplomados e o número de registos de desempregados nos centros de emprego, por habilitação superior e sistemas de ensino, na área das Ciências Empresariais.

Os dados serão tratados através de técnicas estatísticas descritivas, com o recurso ao software Excel e SPSS. Pelo que, realizou-se uma análise de frequências (absolutas e relativas), cruzamento de variáveis e testes de independência (*Pearson Chi-Square, Likelihood Ratio, Linear-by-Linear Association*) entre as variáveis do estudo e o número de desempregados com habilitação na área das Ciências Empresariais.

3. DIPLOMADOS E DESEMPREGADOS COM HABILITAÇÃO SUPERIOR

Portugal, nas últimas décadas, tem feito um esforço ímpar de recuperação dos défices de qualificações escolares que o separa, há cerca de dois séculos, da maioria dos países europeus. De acordo com os dados divulgados pela OCDE (2007), Portugal apresentava, em 1961, uma taxa de analfabetismo de 33%, contra 9%, em 2001. Por sua vez, a população com nível de instrução médio ou superior passou de 0,8%, em 1961, para 10%, em 2001; os alunos matriculados no ensino superior duplicaram nos últimos 15 anos (373 891 em 2004, contra 186 780 em 1990); e a população com habilitação superior em Portugal aumentou cerca de 20%, entre 2003 e 2007 (Saraiva et al., 2008). Apesar destes enormes avanços, com poucos casos comparáveis em termos internacionais, Portugal continua a registar um acentuado défice de qualificações da população nos diferentes níveis de ensino, incluindo o ensino superior. Numa população activa nacional de cerca de 7,1 milhões de pessoas, em 2008, apenas 2 milhões (28,9%) possuem mais do que o ensino secundário, um volume claramente inferior às necessidades de uma economia e de uma sociedade competitivas (GPAERI, 2008a).

3.1. Diplomados com habilitação superior

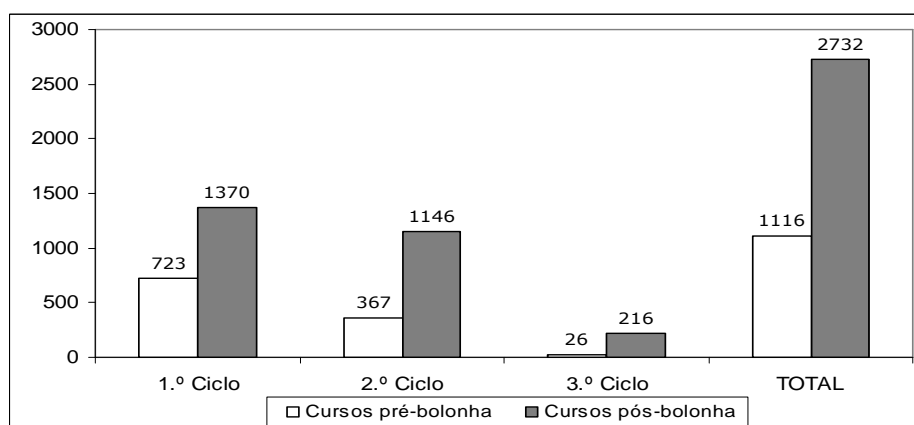
A proporção da população diplomada pelo ensino superior é um indicador da capacidade que um país tem em retirar partido da tecnologia e da ciência colocada ao seu dispor. Geralmente, a formação obtida no ensino superior é um elemento central no desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade contemporânea, na melhoria do desenvolvimento social, cultural e económico, e favorece uma cidadania activa e de valores éticos (Dubar, 2001; Alves, 2005).

Em Portugal e segundo o GPEARI (2009a), entre 2000-2001 e 2006-2007, o número de diplomados no ensino superior aumentou 36% (passou de 61 140 para 83 276), aumento que foi particularmente expressivo (+16%) entre 2005-2006 e 2006-2007. O ensino superior público (em especial o ensino universitário) sempre registou acréscimos no número de diplomados, variação que se revela particularmente significativa entre 2005-2006 e 2006-2007. A evolução observada do número de diplomados por subsistema de ensino traduz-se num reforço óbvio da importância relativa dos diplomados pelo ensino superior público: equivaliam a cerca de 63% do total de diplomados em 2000-2001 e passaram a equivaler a 75% dos diplomados em 2006-2007.

Por níveis de formação, assinala-se um aumento significativo de diplomados que obtiveram o grau de “Mestre” e de “Doutor”: entre 2000-2001 e 2006-2007 os valores mais que duplicaram, passando, respectivamente, de 2207 para 4769 e de 585 para 1269. Por outro lado, com a introdução do Espaço Europeu de Ensino Superior, através da implementação da Declaração de Bolonha nas diversas instituições de ensino superior, verificou-se um acentuado aumento na oferta do número de cursos de licenciatura (1.º Ciclo) (89%), de Mestrado (2.º Ciclo) (212%), e de Doutoramento (3.º Ciclo) (730%), tal como se pode observar no Gráfico 1, que apresenta a evolução do número de cursos por grau, em Portugal, consequentes dos princípios decorrentes da Declaração de Bolonha, num aumento de 145%.

Gráfico 1

Evolução do número de cursos por grau, em Portugal - 2008



Fonte: Direcção-Geral do Ensino Superior, 2008

Relativamente às áreas de formação dos diplomados, e de acordo com o estudo do GPEARI (2009b), destaca-se o facto de, entre 2000-2001 e 2006-2007, todas as áreas terem revelado um aumento do número de diplomados, com excepção da área de “Educação”, que diminuiu 40%, passando de 12 054 para 7 260 diplomados. A área “Engenharia, indústrias transformadoras e construção” foi a que registou maior aumento do número de diplomados, tendo este número mais do que duplicado em sete anos lectivos (passou de 7 143 diplomados para 15 658 diplomados). Porém, a área de

Ciências Sociais, Comércio e Direito¹ continua a ser a área que sempre apresentou o maior de diplomados nesses anos lectivos (ver Quadro 1). Neste sentido, entre os anos de 2000-2001 e 2006-2007, cerca de 30% dos diplomados do ensino superior obtêm um diploma na área de educação e formação de Ciências Sociais, Comercio e Direito, à semelhança do que se verifica nos diversos países da UE27 (Eurostat, 2008).

Quadro 1

Número de diplomados por área de formação e ano lectivo

Área de educação e formação	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006	2006 2007	Total
Ciências Sociais, Comércio e Direito	19 477	18 278	19 206	19 658	19 615	20 919	25 122	142 275
Saúde e Protecção Social	10 192	9 855	10 575	11 643	13 492	15 662	16 583	88 002
Educação	12 054	14 100	14 999	12 156	10 250	8 939	7 260	79 758
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	7 143	8 278	8 939	9 558	10 021	10 189	15 658	69 786
Artes e Humanidades	4 859	5 322	5 704	6 037	6 144	6 135	7 106	41 307
Ciências, Matemática e Informática	3 424	3 829	4 206	4 458	4 694	4 314	5 308	30 233
Serviços	2 602	3 103	3 481	3 827	4 412	4 442	4 820	26 687
Agricultura	1 389	1 333	1 401	1 331	1 359	1 228	1 419	9 460
TOTAL DIPLOMADOS	61 140	64 098	68 511	68 668	69 987	71 828	83 276	487 508

Fonte: GPEARI (2009b)

3.2. Desempregados com habilitação superior

Mesmo numa economia em recuperação lenta, como a portuguesa, com um baixo nível de crescimento económico, o número de pessoas com habilitação superior desempregadas, entre Dezembro de 2003 e Dezembro de 2007, não variou significativamente, o que revela a capacidade do mercado de trabalho português para absorver os novos diplomados (GPEARI, 2008a). Significa isto que, quando o mercado de trabalho não é suficientemente amplo para absorver os recursos disponíveis, o licenciado, embora também com dificuldades, tem uma maior probabilidade de obter emprego. Acresce que, numa economia em mutação, em que o conhecimento se assume cada vez mais como elemento crucial para garantir emprego, quanto mais o País crescer, mais relevante será a posse de uma licenciatura. Mas esta correlação positiva entre licenciatura e empregabilidade não é simples nem automática. Será tanto mais forte quanto mais sustentada for a qualificação para responder aos desafios da sociedade e da economia. Importa, por isso, encontrar formas de melhorar a relação entre o ensino superior e as empresas, garantindo uma maior absorção dos licenciados pelo mercado de trabalho.

Apesar da intuição quase generalizada da existência de excesso de licenciados em Portugal, a verdade é que os dados divulgados pelo GPEARI (2008a e 2009b) contrariam esse sentimento. Assim, observa-se que a população com habilitação superior em Portugal, entre 2003 e 2008 (4.º Trimestre), aumentou cerca de 28%, passando de 732,7 mil (10,4% do total) para 937,8 mil (13,1% do total). Apesar desse acréscimo, o número de inscritos com habilitação superior nos centros de emprego, nesse mesmo período, diminuiu cerca de 4% (2003: 39 785 registos; 2008: 38 018 registos). Essa variação não é exclusiva desse período, posto que o número de inscritos tem vindo a diminuir desde 2007, contrariando a intuição generalizada da correlação negativa entre licenciatura e empregabilidade.

Apesar de na maioria dos países da OCDE os incentivos para obter uma qualificação de nível superior continuarem a ser fortes, quer em termos de salários mais elevados, quer em termos de melhores perspectivas de emprego, em que a procura de trabalhadores altamente qualificados cresceu substancialmente no mercado de trabalho (OCDE, 2008), em Portugal, em Junho de 2008, o número de pessoas inscritas nesses centros, à procura de um primeiro emprego ou de um novo emprego, equivale a 3,8% do total da população com habilitação superior e representa cerca de 8,9% do total da população inscrita nos centros de emprego (GPEARI, 2008b). Por outro lado, em Dezembro de 2008, o número de pessoas com habilitação superior inscritas nos centros de emprego, à procura de um primeiro emprego ou de um novo emprego, era de 9,1% do total da população inscrita nos centros de emprego, o que equivale a cerca de 4,1% do total da população com habilitação superior residente em Portugal. Essa população caracteriza-se genericamente por ser maioritariamente feminina (69%), ser predominantemente jovem (72% têm menos de 35 anos), estar particularmente representada na região Norte (40%), ser licenciada (88%), e estar maioritariamente inscrita há menos de um ano – curta duração (76%). Esta última característica revela que a maioria dos desempregados com habilitação superior inscritos nos centros de emprego enquadra-se numa situação de transição entre o fim da fase de formação e o início de entrada no mercado de trabalho (GPEARI, 2009b).

¹ Esta área de formação engloba os cursos de Ciências Sociais e do Comportamento (e.g. Psicologia; Sociologia; Economia; Ciências Políticas e Cidadania), Informação e Jornalismo (e.g. Jornalismo e Reportagem; Biblioteconomia, Arquivo e Documentação), Ciências Empresariais (e.g. Comercio; Marketing e Publicidade; Finanças, Banca e Seguros; Contabilidade e Fiscalidade; Gestão e Administração; Secretariado e Trabalho Administrativo; Enquadramento na organização/empresa) e Direito.

Esse mesmo estudo revela ainda que a maioria dos diplomados que procuram emprego concluíra o curso em anos recentes, entre 2005 e 2008 (18 821: 58% dos registos validados), encontrando-se uma grande parcela à procura de novo emprego há menos de um ano (16 516 registos), o que vem reforçar as conclusões referidas anteriormente. O mercado de trabalho não se encontra saturado com recursos humanos qualificados; pelo contrário, o grupo populacional com habilitação superior que procura emprego em Portugal permanece pouco tempo numa situação de desempregado, sem que tal queira significar, no entanto, que esses indivíduos obtenham um emprego relacionado com a sua formação. Contudo, o diploma facilita a sua inserção no mercado de trabalho.

De acordo com o relatório citado anteriormente (GPEARI, 2009b), observa-se que a maioria (65%) dos desempregados inscritos nos centros de emprego com habilitação superior obteve um curso no ensino público e no ensino universitário (62%), o que corresponde sensivelmente à distribuição dos diplomados desses subsistemas de ensino, entre 1997/98 e 2006/07 (66% no ensino público e 53% no ensino universitário). Por outro lado, a área de estudo das “Ciências Empresariais”² é a área que mais contribui para o número de inscrições de indivíduos com habilitação superior nos centros de emprego. Porém, essa área similarmente é a que apresenta o maior número de diplomados (cerca de 17%) entre os anos lectivos 1997/98 e 2006/07.

Considerando os desempregados com ano de conclusão do curso entre 1998 e 2008 e os diplomados entre 1997/98 e 2006/07 nas instituições de ensino superior, a área das “Ciências Empresariais” apresenta uma taxa de desemprego de 4,1%. Apesar de ser a área de estudo com o maior número de inscrições, não apresenta uma maior predominância de inscritos por comparação ao total de conclusões, dado que o rácio correspondente é inferior ao valor médio para Portugal (4,4%). Nesse sentido, o peso relativo dos inscritos, por relação com os diplomados, é consideravelmente razoável nessa área de estudo, tal como se pode observar no Quadro 2. Salienta-se que, numa óptica de procura de emprego, não existe uma correspondência directa e imediata entre a área de estudo e o par estabelecimento/curso.

Quadro 2

Relação entre desempregados e diplomados por áreas de estudo

	Desempregados com ano de conclusão do curso (1998 a 2008) N.º (A)	Diplomados (1997-1998 a 2006-2007) N.º (B)	Desempregados/Diplomados (%) (A) / (B)
84 - Serviços de transporte	10	557	1,80%
46 - Matemática e estatística	163	7 145	2,30%
48 - Informática	247	10 131	2,40%
72 - Saúde	2 031	84 338	2,40%
86 - Serviços de segurança	67	2 599	2,60%
14 - Formação de professores/formadores e ciências da educação	3 309	99 971	3,30%
38 - Direito	861	24 286	3,50%
52 - Engenharia e técnicas afins	1 829	50 919	3,60%
34 - Ciências empresariais	4 289	104 674	4,10%
81 - Serviços pessoais	914	20 730	4,40%
58 - Arquitectura e construção	1 456	29 639	4,90%
64 - Ciências veterinárias	103	2 062	5,00%
62 - Agricultura, silvicultura e pescas	551	10 630	5,20%
22 - Humanidades	1 407	26 364	5,30%
44 - Ciências físicas	582	10 662	5,50%
42 - Ciências da vida	540	9 582	5,60%
21 - Artes	1 551	27 095	5,70%
54 - Indústrias transformadoras	514	7 953	6,50%
31 - Ciências sociais e do comportamento	3 571	49 160	7,30%
32 - Informação e jornalismo	985	13 429	7,30%
85 - Protecção do ambiente	587	7 630	7,70%
76 - Serviços sociais	1 449	14 531	10,00%
TOTAL	27 016	614 087	4,4%

Fonte: GPEARI (2009b)

² Nesta área incluem-se, por exemplo, os cursos de Auditoria, Contabilidade, Finanças, Gestão, Gestão de Recursos Humanos, Marketing.

4. ANÁLISE DA ÁREA DE ESTUDO DAS CIÊNCIAS EMPRESARIAIS EM PORTUGAL

Para uma melhor compreensão da temática em estudo, analisam-se seguidamente alguns estudos realizados em Portugal. Essencialmente, esta investigação terá por base os relatórios divulgados pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sobre a procura dos diplomados com habilitação superior (graus de Bacharel, de Licenciado, de Mestre e de Doutor), de divulgação semestral (Setembro e Fevereiro), baseados nos registos de inscritos nos centros de emprego, à procura do primeiro emprego ou de um novo emprego, em Junho e em Dezembro de cada ano.

À semelhança do que acontece nos diversos países da UE27, em Dezembro de 2008, também em Portugal o maior número de desempregados inscritos nos centros de emprego são na área de estudo das Ciências Empresariais, com 19% de desempregados (6 869 registos), seguida da área de Ciências Sociais e do Comportamento³ (12% de desempregados e 4594 registos) (GPEARI, 2009b).

Em relação ao grupo etário, em Dezembro de 2008, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego portugueses, com habilitação superior, nessa área de estudo, é maioritário no grupo etário 25-34 anos (8,7% do total de inscrições), seguida do grupo etário 35-54 anos (5,8%). E, em relação ao género, nesse mesmo período, essa área de estudo contribui com 12,3% de desempregados com habilitação superior do género feminino e com 6,2% do género masculino.

Essa área também é a área que, em Dezembro 2008, apresenta mais inscritos na situação de procura de primeiro emprego (4,4% do total de inscrições) e na situação de procura de um novo emprego (14,1%). Em relação ao tempo de inscrição, em Dezembro de 2008, a área de Ciências Empresariais apresenta os valores mais elevados de todas as áreas em todos os tempos de inscrição, destacando-se o período inferior a 3 meses (6% do total de inscrições), seguido do intervalo entre 3 a 6 meses (4%) e o momento de 6 a 12 meses (3,5%). É igualmente a área de estudo que, nesse mesmo ano, apresenta o maior número de registos de desempregados em todas as regiões portuguesas (NUTS II) (Norte: 7% do total de inscrições, Lisboa: 6%, Centro: 4%; Alentejo: 0,8%; e Algarve 0,4%).

Entre o ano lectivo 1997/1998 e 2006/2007, num total de 614 087 diplomados, a área de Ciências Empresariais é a área que apresenta o maior número de diplomados (17% e 104 674 diplomados). O que implica que também essa área de estudo apresente o maior número de desempregados (5659 registos validados), destacando-se apenas alguns cursos, com predominância para os de Gestão de alguns estabelecimentos de ensino.

Recorrendo ao mesmo estudo divulgado pelo GPEARI (2009b), apresentam-se seguidamente algumas ilações estatísticas referentes ao número de registos de desempregados da área de estudo das Ciências Empresariais, para o mês de Dezembro de 2008, integrando três dimensões de análise: subsistemas de ensino (público ou privado, universitário ou politécnico); habilitação superior (Bacharelato, Licenciatura, Mestrado e Doutoramento); e estabelecimentos de ensino/curso da área das Ciências Empresariais, sendo os cursos agrupados da seguinte forma: 1) Gestão, Administração e Direcção; 2) Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria; 3) Marketing e Comunicação; 4) Finanças, Banca e Seguros; 5) Recursos Humanos e Relações Públicas; 6) Gestão do Sector Público; 7) Comércio e Turismo; 8) Gestão Industrial; 9) Línguas, Secretariado e Assessoria; e 10) Outros.

4.1. Situação dos desempregados da área das Ciências Empresariais vs. subsistema de ensino

De acordo com os dados apresentados no relatório do GPEARI (2009b) e compilados na Quadro 3, observa-se que na área das Ciências Empresariais, em Dezembro de 2008, existiam 5659 registos de desempregados nos centros de emprego, originários de 131 estabelecimentos de ensino e 355 cursos, e que a maioria obteve um curso no ensino público (52,9%) universitário (54,9%). Destaca-se ainda que o subsistema de ensino universitário, quer no ensino público quer no ensino privado, apresenta o maior rácio referente ao número de desempregados por estabelecimento de ensino/curso (13,3 e 13,5, respectivamente). O que corresponde sensivelmente às mesmas conclusões retiradas para a totalidade dos desempregados inscritos nos centros de emprego com habilitação superior, os quais provêm maioritariamente do ensino público universitário.

4.2. Situação dos desempregados da área das Ciências Empresariais vs. habilitação superior

Com base no mesmo relatório (GPEARI, 2009b), observa-se que a grande maioria dos desempregados com habilitação superior, na área em análise, inscritos nos centros de emprego, possuem como grau a licenciatura (83,5%) (ver Quadro 4). Por outro lado, verifica-se que 11,5 desempregados por estabelecimento de ensino/curso são licenciados, que 4,3 são bacharéis e 1,8 mestres, comprovando-se assim as evidências anteriores de que uma das características da população dos desempregados com habilitação superior inscritos nos centros de emprego é o facto de ser licenciada.

³ Incluem-se os cursos de Economia, Relações Internacionais, Sociologia, Psicologia, Geografia, Estudos Europeus, por exemplo.

Quadro 3

Desempregados da área de Ciências Empresariais por Subsistema de ensino e por Estabelecimentos de ensino/curso

Subsistema de ensino superior		N.º Estabelec./Curso (A)	N.º Estabelec. (B)	N.º Cursos (C)	N.º Registos desempregados		Desempregados por Estabelec./curso (E)=(D)/(A)
					(D)	%	
Privado	Politécnico	125	29	76	530	9,4%	4,2
	Universitário	158	43	84	2134	37,7%	13,5
Público	Politécnico	269	40	157	2024	35,8%	7,5
	Universitário	73	19	38	971	17,2%	13,3
TOTAL		625	131	355	5659		9,1
TOTAL	Privado	283	72	160	2664	47,1%	9,4
	Público	342	59	195	2995	52,9%	8,8
	Politécnico	394	69	233	2554	45,1%	6,5
	Universitário	231	62	122	3105	54,9%	13,4

Quadro 4

Desempregados da área de Ciências Empresariais por habilitação superior e por Estabelecimentos de ensino/curso

Habilitação	N.º Registos Desempregados		N.º Estabelecimento /curso		Desempregados por Estabelecimento/curso (C)=(A)/(B)
	(A)	%	(B)	%	
Bacharelato	877	15,5%	184	29,4%	4,8
Licenciatura	4725	83,5%	410	65,5%	11,5
Mestrado	57	1,0%	31	5,0%	1,8
Doutoramento	0	0,0%	-	-	-
TOTAL	5659		625		9,1

4.3. Situação dos desempregados da área das Ciências Empresariais vs. par Estabelecimentos de ensino/curso

Seguindo o mesmo estudo do GPEAR (2009b), e após o agrupamento dos diversos cursos dos estabelecimentos de ensino superior portugueses com registo de desempregados nos centros de emprego em dez áreas de referência, observa-se que os cursos de Gestão, Administração e Direcção são os que apresentam o maior número de registos de desempregados (26,7%), seguidos dos cursos de Marketing e Comunicação (18,6%) e Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria (18,2%). Os cursos que apresentam o menor número de registos de desempregados são os cursos Gestão Industrial (1,3%), seguidos dos cursos de Finanças, Banca e Seguros (3,8%) e cursos de Gestão do Sector Público (4,5%). Porém, se se considerar o número de desempregados por estabelecimento de ensino/curso, os cursos de Recursos Humanos e Relações Públicas e os cursos de Gestão, Administração e Direcção apresentam o maior valor (ambos com 16%), seguidos dos cursos de Gestão do Sector Público (14%) e cursos de Marketing e Comunicação (13%). Os cursos que apresentam menor número de desempregados por estabelecimento de ensino/curso são os de Comércio e Turismo e os de Finanças, Banca e Seguros (ambos com 4%), seguidos de Gestão Industrial (6%) (ver Quadro 5).

Quadro 5

Desempregados da área de Ciências Empresariais por Estabelecimentos de ensino/curso

	N.º Estabelecimento/ Curso (A)	%	N.º Desempregados (B)	Desempregados por Estabelecimento/ curso (C)=(A)/(B)
Recursos Humanos e Relações Públicas	43	6,9%	515	12,0
Gestão, Administração e Direcção	167	26,7%	1988	11,9
Gestão do sector público	28	4,5%	300	10,7
Marketing e comunicação	116	18,6%	1159	10,0
Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria	114	18,2%	902	7,9
Línguas, Secretariado e Assessoria	50	8%	388	7,8
Outros	35	5,6%	177	5,1
Gestão industrial	8	1,3%	34	4,3
Finanças, Banca e Seguros	24	3,8%	74	3,1
Comércio e turismo	40	6,4%	122	3,1
TOTAL	625		5659	9,1

De acordo com a Quadro 6 e assumindo um $\alpha=0,05$, não se rejeita a hipótese da existência de relação entre as variáveis “N.º registos desempregados” e “subsistema de Ensino”. Porém, rejeitam-se as hipóteses de existência de relação entre a variável “N.º registos desempregados” e as variáveis “habilitação superior” e “Estabelecimentos de ensino/curso”. De facto, para os testes de independência do χ^2 , a significância associada ao valor do teste, para o primeiro caso, é inferior a 0,05 (sig.=0,003), o que conduz à não rejeição da hipótese de que as variáveis não são independentes e, para os dois outros casos, esse valor é superior a 0,05 (sig.=0,655 e sig.=0,999), concluindo-se que as variáveis são independentes. Os testes realizados permitem concluir que o número de desempregados inscritos no centro de emprego depende do subsistema de ensino de proveniência, mostrando, por outro lado, que não há relação entre o número de desempregados e a habilitação superior obtida (bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento), bem como com o estabelecimento de ensino/curso da área das Ciências Empresariais.

Quadro 6*Chi-Square Tests* entre as variáveis em estudo

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
N.º Registos Desempregados * Subsistema de ensino a)			
Pearson Chi-Square	2,337E2	177	,003
Likelihood Ratio	228,424	177	,006
Linear-by-Linear Association	5,809	1	,016
N.º Registos Desempregados * Habilitação superior b)			
Pearson Chi-Square	1,113E2	118	,655
Likelihood Ratio	140,364	118	,078
Linear-by-Linear Association	8,784	1	,003
N.º Registos Desempregados * Estabelecimento/curso c)			
Pearson Chi-Square	4,322E2	531	,999
Likelihood Ratio	355,657	531	1,000
Linear-by-Linear Association	8,989	1	,003

a) 212 cells (88,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,12.

b) 158 cells (87,8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,05.

c) 571 cells (95,2%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,01.

Portanto, todos estes resultados obtidos vão de encontro ao que é referido na literatura em geral, destacando-se os estudos realizados pelo Drucker (1992), Dubar (2001), Alves (2005), OCDE (2007 e 2008), Eurostat (2008), e GPEARI (2008a, 2008b, 2009a e 2009b). Um estudo mais recente, realizado pela APEC (2006), corrobora esta ideia, ao concluir que o diploma favorece a inserção dos jovens licenciados no mercado de trabalho. Pode assim afirmar-se que, actualmente, os licenciados em Portugal, embora também com dificuldades, têm uma maior probabilidade de obter emprego face aos restantes indivíduos com habilitações inferiores. Neste sentido, a economia portuguesa está a criar substancialmente empregos de elevada escolaridade. Significa que os indivíduos com habilitação superior apresentam maiores índices de empregabilidade, contrariando assim alguns autores referidos anteriormente (e.g. Galland, 1991; Nicole-Drancourt, 2001; Sousa, 2004).

5. DISCUSSÃO FINAL

Cada ano, milhares de estudantes do ensino superior concluem as suas obrigações com os cursos e partem para disputar um espaço no mercado de trabalho. Porém, coloca-se sempre a dúvida: será que o curso obtido é o suficiente para garantir aquela vaga de emprego tão desejada? Um estudo inédito encomendado pela Fundação da Juventude (Martins et al., 1998) e que contou com o apoio da Comissão das Comunidades Europeias e do IEFP, concluiu que o ensino superior não preparava convenientemente os diplomados para a vida profissional, que os empresários não conheciam as reais possibilidades produtivas / qualificações dos diplomados e que as empresas não queriam pagar as remunerações pretendidas pelos diplomados, apesar de terem condições para o fazer, levando a que o desemprego de diplomados tendesse a aumentar.

Porém, passados quase 10 anos, em 2007, com a aprovação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior foram criados os índices de empregabilidade e estes apresentam resultados que vieram contrariar a previsão do aumento dos desempregados diplomados. Todavia e apesar de constituírem um indicador oficial da empregabilidade dos cursos superiores ministrados em Portugal, o método do seu cálculo tem merecido reparos por parte das universidades e politécnicos. Entre as críticas apontadas, está o facto de o índice não registar se o graduado está a trabalhar na sua área de formação (ou não) e ainda a possibilidade de pessoas com emprego no estrangeiro estarem inscritas nos centros para tentar regressar a Portugal.

Porém, o conhecimento dos percursos profissionais e sociais dos diplomados apresentam-se com uma importância considerável para justificar este estudo. O principal limite advém da natureza parcelar do estudo, mas também o tipo de técnica utilizada que revelou algumas fragilidades. No primeiro caso, é necessário ter presente que a realidade social é sempre complexa e os estudos são sempre limitados na sua explicação; no segundo caso, a meta-análise efectuada com base nos estudos/relatórios (e.g. OCDE, 2007 e 2008; Eurostat, 2008; GPEARI, 2008a, 2008b, 2009a e 2009b) não permite recolher informação em profundidade e com capacidade de explicar um dado facto na sua complexidade. Todavia, estes limites não invalidam de qualquer forma o sentido que os dados, nas suas dimensões objectivas e subjectiva, exprimem.

No término deste estudo destinado a analisar a inserção profissional dos diplomados com habilitação superior no mercado geral de emprego, e para além dos comentários referidos aquando dos resultados obtidos, importará recordar alguns aspectos que embora já mencionados anteriormente merecem, a concluir, algum destaque.

Assim, em Portugal, tal como na Europa, verificou-se uma evolução ao nível do ensino, dado que antigamente o ensino era direccionado exclusivamente para as elites e actualmente a universidade é encarada como um factor de inclusão social, responsável pela habilitação dos cidadãos com melhores capacidades (Simão et al., 2002). Consequentemente, também as funções do ensino superior têm vindo a alterar-se. Hoje em dia, essas funções consistem em desenvolver competências, de modo a proporcionar aos estudantes uma boa preparação base para a inserção na vida activa, deixando a formação complementar para as organizações empresariais. Neste sentido, à semelhança da Europa, o problema da empregabilidade no ensino superior português relaciona-se com a massificação do número de estudantes e a rápida evolução do mercado de emprego (Simão et al., 2005). Esta massificação é comprovada, com o aumento de número de estudantes no ensino superior, sobretudo na área de Ciências Sociais, Comércio e Direito, onde se incluem principalmente os cursos da área das Ciências Empresariais.

Apesar dos condicionanismos que ainda permanecem, pode referir-se que o mercado de trabalho português não se encontra saturado de diplomados com habilitação superior, já que esse grupo de indivíduos permanece pouco tempo numa situação de desemprego. O que revela a vantagem de ser titular de um diploma do ensino superior, pois facilita a inserção no mercado de trabalho. Assim, apesar de alguma dificuldade, os diplomados com habilitação superior apresentam situações relativamente favoráveis em comparação com o desemprego dos que não possuem essa qualificação. Nesse sentido, o diploma favorece a inserção na vida activa, dado que os níveis de empregabilidade da população diplomada pelo ensino superior são superiores aos da população com outros níveis de escolaridade. Logo, mais qualificação significa também uma garantia de emprego.

Por outro lado, da análise efectuada verificou-se ainda que a área de estudo das “Ciências Empresariais” é a área que mais contribui para o número de inscrições de indivíduos com habilitação superior nos centros de emprego, mas similarmente é a que apresenta o maior número de diplomados. Consequentemente, essa área de estudos apresenta um índice de empregabilidade razoável, inferior ao valor médio para Portugal. Nessa área de estudos observou-se igualmente que os desempregados inscritos nos centros de emprego com habilitação superior provêm maioritariamente do ensino público universitário, são maioritariamente licenciados e a maioria frequentou um curso na área da Gestão, Administração e Direcção. Observou-se ainda que o número de desempregados inscritos no centro de emprego depende do subsistema de ensino de proveniência, neste caso, do ensino superior público universitário, tal como foi referido anteriormente. Mas, que

não existe relação com a habilitação superior obtida (bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento), pois em todos os graus existem desempregados, bem como não há relação com o par estabelecimento de ensino/curso.

Não desconsiderando o contexto temporal a que este estudo se limita, os resultados desta pesquisa mostram que a inserção profissional dos diplomados com habilitação superior da área das Ciências Empresariais se tem processado com relativa facilidade, apesar dos ritmos distintos e diferenciados ao longo dos anos em análise e das diferenças encontradas entre os cursos dessa área de estudo.

O conhecimento da inserção profissional dos diplomados de ensino superior constitui-se como um importante instrumento de análise referente não só às condições de funcionamento das instituições universitárias, mas também um barómetro do estado da economia e da abertura do mercado de trabalho a uma mão-de-obra jovem e qualificada que aspira, através da titularidade de um diploma, à sua inserção no mundo laboral. Assim, pode-se afirmar que as instituições de ensino superior estão a prosseguir uma das funções específicas que orientam as suas actividades, a formação de recursos humanos, os quais na sua globalidade e após diversos percursos formativos conseguem penetrar no mercado de emprego.

REFERENCIAS

- ALMEIDA, A. J. (2007) Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal. *Revista de Ciências da Educação*, 2, pp. 51-58
- ALVES, M. G. (2005) Como se entrelaçam a educação e o emprego? Contributos da investigação sobre licenciados, Mestres e Doutores. *Interações*, 1, pp. 179-201
- ALVES, M. T. G. (1998) Inserção na vida activa de Licenciados: a construção de identidades sociais e profissionais. *Sociologia Problemas e Práticas*, 26, pp. 131-147
- ALVES, M. T. G. (2000) *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados 1994-1998*, Lisboa: Universidade de Lisboa
- AMARAL, A. (1996) Modelos de Avaliação das Universidades. IN Fundação das Universidades Portuguesas, *Avaliação e Desempenho das Universidades*, Documento n.º1, Lisboa, FUP
- APEC (2006) *L'insertion professionnelle des Jeunes Diplômés: promotion 2003*, Paris: Association Pour l'Emploi des Cadres.
- BUENO, J. H. (1996). *Autodesenvolvimento para a empregabilidade: sobrevivendo e prosperando numa sociedade sem empregos*. Editora L'Tr, São Paulo, Brasil
- CHIAVENATO, I. (1997) *A Corrida para o Emprego*, Makron Books Editora, São Paulo, Brasil
- CRUZ, M. B. & CRUZEIRO, M. E. (1995) *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal - Situação e problemas de acesso*, Lisboa: Ministério da Educação
- DELORS, J. (Coord.) (1996) *Educação um tesouro a descobrir*. Porto: Edições ASA.
- DRUCKER, P. F. (1992) *Managing the Non-Profit Organization: Principles and Practices*, HarperCollins Publishers, USA.
- DUBAR, C. (2001) La construction sociale de l'insertion professionnelle. *Éducation et Sociétés*, 7/2001/1, pp. 23-36
- EUROSTAT (2008), *L'Europe en chiffres - Annuaire Eurostat 2008*, Luxembourg: Communautés Européennes. Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-CD-07-001/FR/KS-CD-07-001-FR.PDF
- FAURE, E. (Org.) (1974) *Aprender a Ser*. Lisboa: Livraria Bertrand
- GALLAND, O. (1991) *Sociologie de la Jeunesse. L'entrée Dans la vie*, Paris: Armand Collin
- GONÇALVES, C., PARENTE, C. & VELOSO, L. (2001) Licenciados em Sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho. *Sociologia*, 11, pp. 31-90
- GONÇALVES, F. R., CARREIRA, T., VALADAS, S. & SEQUEIRA, B. (2006) Percursos de empregabilidade dos licenciados: Perspectivas europeias e nacional. *Análise Psicológica*, 1 (XXIV), pp. 99-114
- GPEARI (2008a) *Relatório II: A procura de emprego dos Diplomados com habilitação superior – Dezembro 2007*, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lisboa. Disponível em http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/v02mar08_empregodiplomados_0.pdf
- GPEARI (2008b) *Relatório III: A procura de emprego dos Diplomados com habilitação superior*, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lisboa. Disponível em http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/emprego_dos_diplomados_2008_iii_0.pdf
- GPEARI (2009a) *Número de diplomados no Ensino Superior: 1997-1998 a 2005-2006*, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lisboa. Disponível em <http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/Diplomados2008FINAL.pdf>
- GPEARI (2009b) *Relatório IV: A procura de emprego dos Diplomados com habilitação superior – Dezembro 2008*, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lisboa. Disponível em http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/Emp_DiplomadosFev09_4R.pdf
- LIBERAL, M. M. C. & PUPO, M. B. (2007) Fatores de empregabilidade para profissionais acima dos 40anos de idade. *Revista da Pós-Graduação*, 1(2), pp. 32-47
- LIMA, M. P. (1992) *Inserção na vida activa, emprego e desenvolvimento em Portugal e na Comunidade Europeia*, Lisboa: ICS/IPJ
- MARTINS, A. M., ARROTEIA, J. C. & GONÇALVES, M. M. (2002) *Sistemas de (des)emprego: trajetórias de inserção*, Aveiro: Universidade de Aveiro
- MARTINS, A., DORES, A. P. & CENTENO, L. (coord.) (1998) *Diplomados Desempregados - Determinantes da Procura de Ensino e da Oferta de Qualificações*, Porto: Fundação da Juventude.
- NICOLE-DRANCOURT (2001) *Les Jeunes et le Travail*, Paris: PUF
- OCDE (2007) *Principaux Indicateurs Économiques*. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/3/10/18630152.pdf>
- OCDE (2008) *Education and Glance 2008: OECD Indicators*. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/23/46/41284038.pdf>
- PAIS, J. M. (1994) Percursos para a vida adulta num contexto de mudança social: o caso ilustrativo de Portugal. *Estudos de Juventude*, 8, pp. 15-25
- SARAIVA, M., NOVAS, J. C., ROBERTO, J. & REIS, E. (2008) O Processo de Bolonha e o desafio da empregabilidade. *Revista TOC*, 94, pp. 46-50
- SIMÃO, J., SANTOS, S. & COSTA, A. (2002) *Ensino Superior: Uma visão para a próxima década*, Trajectos Portugueses, Lisboa: Gradiva Publicações Lda
- SIMÃO, J., SANTOS, S. & COSTA, A. (2005) *Ambição Para a Excelência. A oportunidade de Bolonha*, Trajectos Portugueses, Lisboa: Gradiva Publicações Lda
- SOUSA, L. N. (2004) Processo(s) de Transição ao Trabalho: o caso dos diplomados em Comunicação Social. *Sociologia*, 14, pp. 195-225